

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS

Ana Cardoso-de-Matos

Departamento de História / Cidehus – Universidade de Évora
amatos@uevora.pt

Maria Ana Bernardo

Departamento de História / Cidehus – Universidade de Évora
mab@uevora.pt

O recuo temporal da análise histórica sobre os processos sociais é o ponto de partida para a presente interpretação sobre o papel das associações de defesa do património no Portugal contemporâneo. Para o efeito, destacam-se as tendências do associativismo português ao longo das últimas quatro décadas e situam-se as associações de defesa do património nesse âmbito. Considera-se, igualmente, uma noção de património cada vez mais abrangente e que sublinha a importância da participação das populações nas várias dimensões da ação patrimonial. Pretende-se, deste modo, evidenciar o contributo para a participação pública, e para a valorização das comunidades, decorrente da integração dos indivíduos nas associações de defesa do património e do seu envolvimento nas suas atividades.

O reconhecimento das associações como espaços de aprendizagem e funcionamento da democracia remonta pelo menos ao século XIX e tem suscitado, desde então, estudos que confrontam e desenvolvem as suas implicações¹.

Entre os virtuais contributos das associações para o dinamismo da vida democrática conta-se o facto das mesmas, enquanto resultado da liberdade de expressão, serem uma manifestação da própria democracia. Além disso, ao adotarem procedimentos de deliberação coletiva promovem competências propiciadoras de uma maior participação no espaço público. Ainda, e na medida em que funcionam como espaços de socialização cívica política e cultural, as associações podem assumir um papel de contrapoder face ao estado e outras instâncias, ou serem uma representação de interesses junto dos centros de decisão. Por outro lado, as associações podem também colmatar insuficiências da ação governativa ou da capacidade dos cidadãos para influir nessas ações, nomeadamente quando desenvolvem atividades no domínio do terceiro setor². Finalmente importa-nos considerar como, numa sociedade pós-capitalista, as associações

¹ Ferreira, 2008, p. 110

² Fung, 2003, p. 518-529

voluntárias podem contribuir para a defesa do património cultural que é um elemento essencial da preservação da história e da memória das diferentes sociedades.

Considerando as múltiplas virtualidades das associações, há que distinguir se os seus efeitos benéficos derivam da própria existência das associações ou se a efetivação dessas virtualidades decorre sobretudo os seus propósitos e âmbitos de atuação.

O estudo incide sobre as *associações de defesa do património*, uma designação genérica que remete para um universo associativo orientado para a ação na área do património histórico e cultural. Assim, é a própria noção de património, enquanto referente para identificar o campo de intervenção daquelas associações que importa visitar.

[O património cultural, seja ele] um monumento histórico, um lugar ou uma tradição têm de ser defendidos e preservados, não apenas porque representam um sinal de presença e de vida de quem nos antecedeu, mas também porque contribuem decisivamente para enriquecer a nossa existência [...]. A diversidade cultural e o pluralismo têm de ser preservados com especiais cautelas, contra a homogeneização ou a harmonização indiferenciada³.

A interpretação proposta por Guilherme de Oliveira Martins desafia a noção de património focado apenas no passado e explica os motivos pelos quais o património cultural é um caminho para a sobrevivência cultural das sociedades atuais e do futuro.

Com efeito, o conceito de património tem assumido uma trajetória de crescente ampliação do seu objeto, bem como das respetivas tipologias. Se inicialmente se considerava apenas o património histórico, artístico e arquitetónico, gradualmente afirmaram-se tipologias como o património natural, o património técnico e industrial e o património imaterial, entre outras.

Em concomitância com a crescente abrangência do conceito de património cultural consolidou-se a noção da sua importância para a preservação da memória e da história das regiões que, em consequência das transformações socioeconómicas e culturais a que se assistiu nos últimos séculos, correm o risco de serem diluída a sua identidade. Cada vez mais, as justificações para a atribuição de valor, para salvaguarda, a valorização e a promoção do património se articulam com propósitos de aceitação da diversidade cultural e de sustentabilidade das comunidades. Explicita-se também a necessidade de participação dos cidadãos e, para além dos incentivos a partir do topo, valorizam-se as iniciativas das populações locais.

As cartas, recomendações e declarações que ao longo dos anos têm vindo a ser publicadas traduzem e legitimam todas aquelas tendências, que os investigadores igualmente destacam⁴.

Como organizações dotadas de personalidade jurídica, voluntárias, autogovernadas, sem fins lucrativos e duradoras⁵, as associações de defesa do património podem ser um eficaz meio de expressão das posições e vontade das populações em assuntos desse âmbito⁶.

³ Martins, 2009.

⁴ Choay, 1996; Capel, 2014; Ganau, 2016.

⁵ Matos, 2008.

⁶ Baena Gallé, 2016.

O papel das associações no domínio do património cultural ficou desde logo inscrito no documento fundacional do regime democrático português, a Constituição de 1976. No Capítulo III - Direitos e deveres, culturais, Artigo 73º - Educação, cultura e ciência, previa-se:

3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais⁷.

Na Lei de 2001 o legislador detalhou o perfil e âmbito de atuação destas associações e deixou incentivo à hipótese colaboração entre as instituições estatais e as associações, nas ações respeitantes à proteção e valorização do património cultural e, em particular, no domínio da informação junto dos cidadãos. A mesma Lei considerava ainda que

3 – As estruturas de defesa do património cultural são de âmbito nacional, regional ou local e de representatividade genérica ou específica nos termos da lei que as regular.

4 – As estruturas associativas de defesa do património cultural gozam de direito de participação, informação e acção popular [...] ⁸.

O património é um dos aspetos essenciais para construir o futuro, como refere Horacio Capel, «las decisiones que sobre él se toman afectan a la memoria colectiva, a la identidad, al desarrollo sostenible, a la protección de la naturaleza alas prácticas sociales»⁹.

No entanto, quer os investigadores que estudam o universo das associações de defesa do património em Portugal, quer alguns dirigentes associativos, têm apontado em sentido negativo a distância entre os enunciados legais e as práticas. Referem que a atuação estatal revela alguma incapacidade em acolher e ouvir as posições das associações de defesa do património e, sobretudo, em manter com elas uma colaboração regular e articulada¹⁰.

Considerando a hipótese de que este perfil de relação entre os poderes estatais e as associações de defesa do património não é algo específico do setor seguem-se, a benefício de interpretação, algumas reflexões sobre o associativismo português.

O associativismo voluntário em Portugal

A investigação desenvolvida pela história e pelas ciências sociais sobre tema do associativismo voluntário em Portugal tem dado origem a inúmeros estudos empíricos, de índole mais ou menos descritiva, e sobretudo reportados a estudos de caso ou análises setoriais¹¹.

A historiografia demonstrou que Portugal participou da dinâmica inovadora de criação de associações voluntárias quando estas, com a instauração dos regimes liberais oitocentistas,

⁷ Constituição da República Portuguesa, 1976.

⁸ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. *Diário da República* n.º 209/2001, Série I-A de 8 de setembro de 2001.

⁹ Capel, 2014.

¹⁰ Caninas, 2010; Lobo e Macedo, 2011; Raposo, 2014; Reis, 2016; Magrinho, 2017.

¹¹ Melo, 2007.

emergiram como uma prática favorável à aprendizagem da cidadania política e propiciavam ganhos em termos de capital social¹²

Ultimamente, diversos investigadores têm produzido estudos relevantes que relacionam o associativismo com a questão da participação cívica e política dos cidadãos e enquanto contributo para a qualidade de democracia¹³.

As análises comparativas referem que, tanto historicamente como em períodos mais recentes, o número de associações voluntárias por habitante em Portugal tende a ser inferior, em comparação com os países do norte e centro europeus. Consta-se, sobretudo, uma maior aproximação com a situação de outros países da Europa meridional¹⁴.

O contexto sociopolítico da ação das associações voluntárias no Portugal contemporâneo tem sido evocado para explicar a situação. Tardiamente aprovada no século XIX, a liberdade de associação foi interrompida por várias décadas (1926-1974) no século XX. Só em 1976, na sequência da democratização do regime, o direito de associação ficou inscrito na Constituição. Manuel Vilaverde Cabral sustenta que a persistência de elevadas taxas de analfabetismo e de um certo “despotismo administrativo do Estado” favoreceram “uma forma duradoura de dominação autoritária”.

[Naquelas circunstâncias] nem a liberalização do sistema político, nem a massificação do ensino, terão sido suficientes, no último quarto de século, para erradicar das representações e práticas políticas da maioria da população portuguesa um sentimento profundo e indiferenciado de distância ao poder¹⁵.

O quadro revolucionário após o golpe militar de 25 de abril 1974 até à *normalização* institucional, em 1978, correspondeu a um período ímpar de mobilização da população, traduzido na criação de associações de tipologia e objetivos diversificados¹⁶.

Foi neste contexto de forte mobilização e participação cidadã que ganhou crescente expressão o associativismo identificado com os objetivos de defesa e preservação do património cultural em Portugal.

As associações de defesa do património

Tal como em outros países europeus, também em Portugal surgiram, longo do século XIX, associações, sociedades e grupos de amigos cujo principal propósito era defesa dos monumentos histórico-artísticos e dos objetos de arte. Algumas daquelas associações tinham um carácter mais científico e/ou profissional, e desenvolviam uma ação que tinha em vista, sobretudo, o estudo e as intervenções especializadas nos monumentos e nos objetos de arte. Foi o caso, por exemplo, da *Real Associação dos Architectos Civis Portugueses*, fundada em 1863¹⁷.

¹² Bernardo, 2001; Sousa, 2004; Zozaya, 2014; Melo, 2016; Pereira, 2016.

¹³ Cabral, 2003; Viegas, 2004; Cabral, Silva e Saraiva, 2008; Fernandes, 2014; Melo, 2016.

¹⁴ Fernandes, 2014; Melo, 2016; Viegas, 2004, 2014.

¹⁵ Cabral, 2003.

¹⁶ Branco et al, 2012; Fernandes, 2014.

¹⁷ Magrinho, 2017.

A maior parte destas associações tinha sede em Lisboa, a capital do país, e algumas previam representações noutras cidades. A *Sociedade Propaganda de Portugal*, fundada em 1906, foi o exemplo mais importante deste tipo de associação em Portugal. O seu âmbito de ação era nacional e teve um papel pioneiro na articulação entre a defesa do património monumental e artístico e a atividade turística. Assumia a influência das associações e sociedades promotoras do turismo já existentes na Europa e considerava que o desenvolvimento de um turismo cujos elementos de atração eram os monumentos, as paisagens e as tradições próprias do país podia trazer benefícios à economia nacional¹⁸.

A partir da implantação da República, num quadro de reconhecimento do direito de associação, surgiram diversas organizações locais e/ou setoriais que definiam como foco essencial da sua atuação a defesa do património cultural. Estavam nesta situação diversas associações criadas entre 1915 e 1919, como a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, ou o Grupo Pró- Évora¹⁹. O seu principal foco eram os monumentos e desenvolveram ações relevantes em “processos de vigilância e proteção, em classificações, em investigações e estudos, na manutenção e restauro de bens culturais [...] na articulação entre os valores monumentais e a indústria do turismo”²⁰. Foi pela sua ação “que se estruturou o movimento cívico de defesa de património, constituindo-se [aquelas] instituições como as primeiras associações de defesa de património, no sentido em que hoje as consideramos”²¹.

A liberdade de associação foi proibida depois do golpe militar de 1926 e a situação manteve-se durante o todo o regime ditatorial do Estado Novo, entre 1933 e 1974. Este chamou para a sua alçada os assuntos relacionados com a salvaguarda do património e criou organismos oficiais para o efeito. O Estado considerava não haver necessidade de outras estruturas atuarem no âmbito patrimonial, pelo que a criação de associações com estes objetivos estabilizou²²

Sujeitas a prévia autorização e obrigadas a garantir que a sua finalidade respeitava a autoridade do Estado e era conforme aos desígnios ideológicos do regime, surgiram no país as designadas Ligas de Amigos. Esta identificação pretendia fazer a distinção em relação às associações e evitar problemas no plano jurídico. Embora Sofia Magrinho refira que aquelas entidades necessitam de ser mais estudadas e, por isso, pouco se saiba sobre a sua longevidade, dinamismo e campos de atuação, a investigadora conclui que através delas “manteve-se viva a actuação de uma sociedade civil organizada em torno dos seus valores históricos e monumentais”²³.

Porém, foi no quadro de forte mobilização cívica associada à revolução de 1974 que o associativismo relativo à defesa e preservação do património cultural verdadeiramente cresceu²⁴. Como exemplo deste tipo de associações podemos referir a criação da Associação de Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobça em 1977; da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, em 1978; da Associação

¹⁸ Matos e Santos, 2004; Matos, Bernardo e Santos, 2012.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Custódio, 2008.

²¹ Magrinho 2017

²² Magrinho 2017

²³ Magrinho 2017

²⁴ Raposo, 2014; Reis, 2016; Magrinho, 2017.

Portuguesa dos Amigos dos Castelos, em 1983; da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), em 1985.

A criação destas associações, e a perceção da necessidade de se estabelecerem redes para concertação da ação, troca de informações e experiências e maior capacidade de pressão junto dos poderes públicos levou à realização de reuniões que pretendiam ter um âmbito nacional. O primeiro Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património teve lugar em Santarém em 1980 e, nos anos que se seguiram, realizaram-se iniciativas similares noutras cidades: Braga em 1981; Torres Vedras em 1982 e Setúbal em 1986.

Em 2017 ocorreu um encontro, designado como Fórum do Património, que reuniu mais de três dezenas de ONG's ligadas ao património cultural, entre elas associações. Sob o lema "Unir as ONG's em nome da nossa herança comum", a Declaração saída da reunião demonstra o propósito do Fórum se assumir como herdeiro dos anteriores encontros das associações de defesa do património. Pretende também e representar o setor junto das autoridades e ainda que as organizações do património cultural passem a ter uma voz mais audível e concertada, em termos de opinião pública²⁵.

Na linha do tempo, o encontro de Santarém, de 1980, foi particularmente importante. Aí foi aprovado um documento, conhecido como a "Carta de Santarém", que continha as linhas principais de atuação das associações de defesa do património presentes na reunião e que pretendia igualmente funcionar como um texto orientador para as demais associações de defesa do património existentes no país. Nesse mesmo documento foram propostas tipologias patrimoniais pouco conhecidas em Portugal, como era o caso do património urbano ou do património industrial, e afirmava-se a importância da educação patrimonial.

Contudo, se a democratização da sociedade portuguesa que se seguiu à revolução de 1974 favoreceu o surgimento de um número significativo de associações voluntárias ligadas com a arqueologia e o património cultural, alguns investigadores referem que em meados da década de 1990 parecia ser perceptível uma tendência para a diminuição do número destas associações²⁶.

Por essa razão, em 1995, a Revista *Al-madan* realizou um inquérito junto de todas as câmaras municipais do país, com o intuito saber da existência, ou não, de associações de defesa do património cultural. Tendo contactado 300 autarquias, e tendo recolhido informações em relação a de cerca de 80% das mesmas, 36% afirmaram não existir associações no seu concelho²⁷.

Apuraram-se resultados para um universo de 45 associações, mediante o qual foi possível determinar que, na sua maioria, tinham sido criadas nas décadas entre 1980 e 1990. Estas associações incluíam ao todo mais de 8000 sócios, com predominância do género masculino. Este universo de associados constituía-se "por autoproposta, sem limitações de natureza académica ou profissional [permitindo] concentrar nestas estruturas um significativo potencial de experiência e recursos nas mais variadas áreas do saber técnico e científico"²⁸. As suas atividades incidiam principalmente sobre o património arquitetónico, o património arqueológico e o património ambiental. Na sua maioria dispunham de recursos financeiros

²⁵ Fórum do Património, 2017.

²⁶ Raposo, 1997; Magrinho, 2017.

²⁷ Raposo, 1997.

²⁸ *Idem*.

escassos e tinham como principais objetivos a identificação de elementos patrimoniais e a sensibilização do público para o valor dos mesmos.

Também o estudo Sofia Magrinho refere que, após um período de maior dinamismo, muitas destas associações definharam e este setor do associativismo voluntário, à semelhança de outros tipos de associativismo, decaiu. O recorte cronológico da investigação efetuada pela autora situa-se entre 1974 e 1997²⁹.

A crescente abrangência da noção de património e a consolidação da sua dimensão integradora ficou claramente expressa na Lei de Bases do Património, de 2001, quando esta define como estruturas associativas de defesa do património cultural “as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica e em cujos estatutos conste [...] como objectivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida”³⁰.

A Lei referida consagra e apoia uma dinâmica que cada vez tem mais relevância no quadro do associativismo de defesa do património: as associações que ultimamente têm sido criadas no âmbito do património cultural articulam este com o património natural e atuam no sentido de contribuírem para a sustentabilidade das regiões onde desenvolvem a sua ação.

Num estudo sobre o tema cidadania e património, Maria Manuel Reis realizou, em 2003, um inquérito com o objetivo de “conhecer o universo nacional das organizações especificamente orientadas para as ações de proteção e valorização do património”³¹. Após explicar a metodologia e vicissitudes para a construção da amostra, a autora notou que, embora a dimensão do universo das respostas não lhe permitisse extrapolações, os resultados da análise permitiam algumas conclusões.

Detetou alguma instabilidade neste setor associativo, decorrente sobretudo da fluidez e informalidade da sua vertente organizacional, motivada pelas “relações de interconhecimento e inter-ajuda, outras vezes baseada numa pequena estrutura, altamente profissional, com competência para intervir no espaço público e mobilizar com celeridade outros associados ou colaboradores esporádicos”³². Do ponto de vista financeiro, mas sobretudo do ponto de vista dos recursos humanos, o facto destas associações dependerem do regime de voluntariado dos associados também suscita alguma instabilidade. Por outro lado, sendo o universo dos associados, em particular dos dirigentes, composto por elevados níveis de escolaridade e especialização profissional, tal facto favorece a autonomia individual em relação às atividades associativas.

Assim, no entender da investigadora, esta aparente instabilidade pode ser um sinal da capacidade adaptativa e de resiliência destas associações, mais do que um sinal de fraqueza ou definhamento do setor. No mesmo sentido, ao constatar a elevada taxa de mortalidade das associações, a autora depreende que, “ao contrário do que deixaria supor, exprime

²⁹ Magrinho, 2017.

³⁰ Artigo 10º da Lei de Bases do Património Cultural, 2001

³¹ Reis, 2016.

³² *Idem*.

simultaneamente renovação e vitalidade junto dos contextos sociais que elegem as questões do património como oportunidades para o exercício da cidadania”³³.

Do ponto de vista dos recursos, embora se constate a importância do contributo dos sócios, Maria Manuela Reis nota que as autarquias, na medida em que reconhecem a importância do património para a valorização das regiões, têm despendido mais apoio financeiro às associações culturais e de defesa do património ao longo dos últimos anos (1986-2003).

Nota ainda a autora que, pelas respostas obtidas, a maior parte das associações de defesa do património define o seu âmbito de ação como local ou regional. No seu entender, isso deixa transparecer o efeito do alargamento da noção de património, desde a arqueologia, às memórias de uma ruralidade em extinção, passando pela arquitetura vernacular, pelos sítios e paisagens, que “configuram [em Portugal] o *heritage boom*”³⁴.

Em consonância com o referido acima, Maria Manuela Reis conclui que:

em Portugal se desenha um movimento de adesão aos valores de protecção do património, consubstanciado no crescimento da organização associativa neste sector. [...] O crescimento destas associações parece ser continuado e progressivo desde os anos 80, mostrando sintonia com o movimento europeu, o que leva a pressupor, pelos valores atingidos nos anos mais recentes, que não se terá ainda esgotado o espaço para o acolhimento de mais organizações nesta área³⁵.

Dos poderes europeus chegam incentivos que, virtualmente, podem favorecer o aparecimento de novas associações de defesa do património em Portugal, assim a retórica se consubstancia numa prática. A estratégia desenhada pelo Conselho da Europa para o património Cultural para o século XXI, adotada pelo comité de Ministros dos países participantes em 22 de Fevereiro de 2017, assenta em três componentes consideradas prioritárias: a “componente social”, ou seja, a mobilização dos recursos do património para a promoção da diversidade, a autonomização das comunidades do património e a governança participativa; a “componente do desenvolvimento territorial e económico”, cujo objetivo é reforçar a contribuição do património para o desenvolvimento sustentável, baseando-se nos recursos locais, no turismo e no emprego; a “componente do conhecimento e da educação” que relaciona os domínios da educação, da pesquisa e da formação ao longo da vida, através do património e da criação de centros de conhecimento e da formação em profissões do património, em programas de ensino, formação e pesquisa. E pretende desenvolver “uma aproximação inclusiva” que implique “não apenas as administrações públicas locais, regionais, nacionais e europeias, mas igualmente todos os atores do património, aí compreendidos os profissionais, as organizações (internacionais) não-governamentais, o setor associativo e a sociedade civil”³⁶.

³³ *Idem.*

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ Estratégia para o Património Cultural Europeu para o século XXI. Conselho da Europa – Recomendação do Comité de Ministros dos estados membros sobre a estratégia para o património cultural europeu para o século XXI (adotado pelo Comité de Ministros a 22 de fevereiro de 2017).

<http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>

Ações para a proteção do património cultural: os casos do Grupo Pro-Évora e da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)

A partir da referência aos tipos de ação para a proteção do património propostos por Maria Manuela Reis (de natureza científico-cultural; formação/animação cultural; natureza cívico-política)³⁷ e com base nos exemplos do Grupo Pro-Évora e da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, procura demonstrar-se a diversidade de atividades que as associações de defesa do património promovem.

Tanto uma associação como a outra se integram no setor das associações voluntárias de defesa do património, mas distinguem-se em termos de longevidade, tipologia patrimonial que está na base da sua fundações e ações e geografia de incidência.

Sediado na cidade de Évora, o Grupo Pro-Évora foi fundado em 1919 e manteve-se ativo desde então até ao presente configurando, por isso, um caso notável de resiliência associativa no domínio do património cultural. A Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, com sede em Lisboa, surgiu no período democrático e inscreve-se no movimento intenso de criação de associações de defesa do património cultural, que marcou as décadas de 1970 e 1980.

Fundada no contexto dos debates culturais da I República, e do incentivo de alguns intelectuais da época ligados à Associação dos Arqueólogos Portugueses, a associação Pro-Évora teve como sócios fundadores vários elementos da elite social e cultural eborense. Apreciadores dos “ricos monumentos” da cidade temiam que as conturbações políticas coevas os colocassem em perigo e, por isso, queriam salvaguardá-los. Um propósito meritório, que se transformou em algo inovador para a época quando os estatutos, mais abrangentes, definiram como “fim principal [do Grupo]r a protecção dos ditos monumentos e a estética cidadina, através de todas as vias políticas e institucionais e promovendo a sua conservação e restauro”³⁸. A novidade residia precisamente nesta deslocação do olhar do monumento isolado para o conjunto, que prefigura já, e certa medida, a tipologia do património urbano.

Em retrospectiva, a atuação do Grupo foi decisiva para preservação do património eborense e a ele se devem muitas iniciativas relevantes. Quando em 1920 o Grupo Pró Évora foi nomeado representante na cidade da Comissão dos Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia, por iniciativa sua que foram classificados como Monumento Nacional cerca de trinta edifícios de interesse histórico e artístico da cidade.

Nos anos seguintes continuaram a desenvolver as várias ações diversas como: a conceção e edição de roteiros turísticos, livros e postais sobre o valor patrimonial eborense; sensibilização para o património da cidade através de artigos publicados pelos seus membros na imprensa local e nacional; organização de cursos de cicerones para os dotar de toda a informação necessária para acompanhar os visitantes da cidade.

Com a implantação da democracia o Grupo Pro-Évora promoveu os grandes debates sobre as modificações que se projetavam para o centro histórico da cidade, nomeadamente a remodelação da Praça do Giraldo (1988), a modificação do Rossio de S. Brás (2001), o Plano

³⁷ Reis, 2017.

³⁸ Custódio, 2008.

de Enquadramento Estratégico do Centro Histórico (2008), o Programa Acrópole XXI (2008), a edificação do Centro Comercial às Portas de Avis (2015), entre outros.

O interesse do Grupo Pró Évora pela dinâmica cultural da cidade, a sua capacidade para, através discussão pública, promover a cidadania e a participação cívica, favorecem a sua colaboração com outras instituições públicas e privadas da cidade como a Câmara Municipal de Évora, o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, a Biblioteca Pública de Évora, a Direção Regional de Cultura do Alentejo ou a Fundação Eugénio de Almeida.

A regular e continuada ação do Grupo Pro-Évora no sentido da salvaguarda e promoção do património cultural da cidade contribuiu inegavelmente para que, em 1986, o Centro Histórico de Évora tivesse sido classificado como Património Mundial³⁹

Enquadrada no movimento de criação de associações voluntárias de defesa do património cultural após a instauração do regime democrático em Portugal, em 1983 foi criada a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa. Passados dois anos considerou-se que o âmbito da sua intervenção ultrapassava a região de Lisboa e, por isso, passou a designar-se Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

Desde o seu início a APAI desenvolveu uma série de atividades que procuravam sensibilizar a população para uma tipologia de património cultural que era ainda em Portugal pouco conhecido e reconhecido. Entre as várias atividades desenvolvidas destacam-se a realização e coordenação de inventários do património industrial, locais e/ou temáticos, na maior parte dos casos realizados em colaboração com e apoio das autarquias, como foi o caso do inventário das fábricas de Lisboa, que incidiu nas zonas de Alcântara, Belém e Vale de Chelas. Estas zonas ocidental e oriental de Lisboa tinham conhecido um importante desenvolvimento económico a partir da segunda metade do século XIX, mas em finais da década de oitenta do século XX começaram a ser marcadas pelo abandono ou desaparecimento de várias das suas fábricas⁴⁰.

A formação de técnicos de câmaras municipais que pudessem ser os intervenientes da realização dos inventários da sua região foi outra das apostas da APAI, assim como a colaboração com o Centro Nacional de Cultura, para o mesmo efeito. Uma das intervenções mais interessantes desta associação foi, sem dúvida, a reconversão de espaços industriais. Entre eles destaca-se o Núcleo da Tintura da Antiga Fábrica de Panos da Covilhã, onde foram encontrados vestígios de atividade industrial. A colaboração da APAI com técnicos especializados permitiu criar um núcleo museológico que está atualmente integrado na Universidade da Beira Interior, deforma a poder ser visível pelos alunos ao mesmo tempo que que funciona para outros públicos⁴¹.

E como refere Kenneth Hudson “uma das principais razões para se querer preservar um edifício original é poder recuperar a relação entre as pessoas e o espaço do passado [...]. Dar às pessoas de hoje a oportunidade de experimentar os espaços de ontem é uma das principais razões para preservar edifícios antigos”⁴².

³⁹ Bernardo e Matos, 2018.

⁴⁰ Outros exemplos podiam ser acrescentados como: o inventário de Vila Franca de Xira, ou o inventário do parque industrial da Venda Nova (Amadora).

⁴¹ Matos, Ribeiro, Santos, 2003.

⁴² Hudson, 1990.

Em 1985, aproveitando uma conjuntura ao património industrial, foi realizada, por iniciativa da APAI, a exposição “Arqueologia Industrial: um Mundo a descobrir, um Mundo a defender” que teve lugar na Central Tejo em Lisboa⁴³. Esta iniciativa contou com o apoio várias entidades estatais e de empresas, que na altura se encontravam particularmente sensibilizadas para este tipo de património. A exposição, realizada num edifício emblemático da cidade e de grandes dimensões, a Central Tejo, localizada junto ao rio do mesmo nome, pretendia ser o embrião de um museu nacional da indústria. Embora posteriormente tivessem sido feitas várias diligências o projeto não chegou a tornar-se uma realidade. Ainda assim, o espaço acabou por tornar-se num Museu de Eletricidade⁴⁴.

Também por iniciativa da APAI realizou-se em 1986 o I Encontro Nacional sobre o Património Industrial, com sessões em três cidades, Coimbra, Guimarães e Lisboa, no qual participaram mais de 200 pessoas. No final publicaram-se as conclusões e aí se defendia a necessidade realização de um inventário do património industrial e se propunha a classificação de vários edifícios e sítios e vários locais do país, entre outros aspetos⁴⁵.

A preocupação da APAI em propor a classificação de vários edifícios ligava-se diretamente com o processo de desindustrialização, com sinais evidentes no país, com a pressão imobiliária, sentida sobretudo nas maiores cidades, e decorria também de uma determinada ‘visão’ da regeneração urbana, que colocava em risco de fazer desaparecer edifícios industriais representativos do desenvolvimento industrial português. Esta alteração ligava-se, em Portugal como noutros países, com a terciarização e o surgimento da cidade *pós-industrial*⁴⁶. É certo que em muitos casos eram edifícios que tinham perdido a sua função inicial e “constituyen cascarones vacíos de vida. Es en ellos en que los que se plantea la opción entre el derribo o el mantenimiento, y en esto caso el de sus usos posibles”⁴⁷.

Foi graças à ação da APAI que a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, hoje transformada num espaço de lazer, de trabalho de artistas e de pequenas indústrias criativas – a LX Factory - não foi destruída. Mas nem a preservação desta fábrica impediu que a zona de Alcântara se transformasse num espaço que hoje perdeu muito da memória do seu passado, sendo que a alteração que sofreu afastou muitos dos antigos habitantes⁴⁸.

Por vezes a realização de grandes eventos como as exposições Universais ou os Jogos Olímpicos deram origem a uma regeneração urbana de zonas industriais abandonadas que em muitos casos tiveram como consequência o desaparecimento de edifícios industriais. Foi o que aconteceu, por exemplo em Lisboa coma Expo98, ou em Barcelona com os Jogos Olímpicos de 1992⁴⁹.

A ideia de que “Today the concept of heritage is no longer understood as just the protection, restoration, and presentation of the selected monuments from the past but also includes their

⁴³ Embora esta seja normalmente considerada como a primeira exposição de Arqueologia Industrial já em 1978 se tinha realizado em Tomar uma exposição sobre o mesmo tema ainda que de menores dimensões.

⁴⁴ O nome deste museu foi recentemente alterado para MAAT, o que correspondeu à alteração dos objetivos do esmo que deixou de ser um museu de eletricidade para passar a ser um Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia.

⁴⁵ Matos, Ribeiro e Santos, 2003.

⁴⁶ Capel, 1996.

⁴⁷ Capel, 1996.

⁴⁸ Maddalluno, Cardoso-de-Matos, 2015.

⁴⁹ Tatjer, 2008.

use and upgrading or adaptations for various contemporary needs and purposes”⁵⁰ tem levado a que muitos dos espaços patrimoniais tenham sido reutilizados com outros fins. Mas, se por um lado isso contribui para a sua preservação, por outro nem sempre na readaptação foram respeitados todos os elementos que faziam parte integrante desse bem e que o tornavam um referente para a memória do lugar.

O percurso da APAI, que conheceu um decrescimento de atividade no final do século XX para mais recentemente ser objeto de uma reativação, na qual têm participado vários jovens, acompanha a tendência que se verificámos para o conjunto das associações de defesa do património cultural e parece corresponder uma maior participação dos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens, na vida pública, num exercício de cidadania.

Notas finais

A exposição que fizemos sobre a trajetória do associativismo em Portugal indica que as fases de maior liberdade e condições para a participação política favoreceram o movimento do associativismo voluntário em geral, incluindo as associações de defesa do património cultural. Este movimento foi concomitante de uma cada vez maior abrangência do conceito de património cultural e de um interesse crescente em relação ao mesmo por parte dos governos e das instituições internacionais.

Seja através da ação à escala de uma cidade, no caso do Grupo Pro-Évora, seja com propósitos e ações de alcance nacional, os dois exemplos evidenciam a importância que as associações de defesa do património têm para a preservação da herança cultural. E demonstram, também, que estas associações podem ter um papel de sensibilização e mobilizador face a determinadas causas, ao mesmo tempo que são um meio de expressão organizada e de participação dos cidadãos no espaço público.

Enfim, as associações voluntárias de defesa do património cultural poderão ter um papel ativo na construção de uma sociedade pós capitalista, nomeadamente em relação ao objetivo a maior participação dos cidadãos nas tomadas de decisão. Podem também contribuir para o papel fundamental que o património poderá ter nas sociedades do futuro, em que a sua utilização como recurso económico, nomeadamente turístico, deve ter conta o respeito pela história e a memória das populações. Com efeito, “valorar el patrimonio implica mayor igualdad, respeto a todos los lugares y sociedades, y hacer un esfuerzo en educación, esencial para que la mirada sobre el territorio en su conjunto sea comprensiva y respetuosa. La conservación del patrimonio tiene que ver, en definitiva, con una sociedad menos despilfarradora, más sostenible, formada e igualitaria”⁵¹.

Bibliografia

BAENA GALLÉ, José Manuel. El papel de las asociaciones de patrimonio cultural en el siglo XXI. *PERSPECTIVAS. Revista ph Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, octubre 2016, nº 90 p. 230-231 <www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/3816 >

⁵⁰ Bajec, 2016.

⁵¹ Citação retirada da revisão ao livro de Capel, 2014 por Benito, 2015.

BAJEC, Jasna Fakin. Cultural Heritage and the role of Voluntary associations in the process of achieving sustainable development in rural communities. *Studia ethnologica Croatica*, Zagreb, 2016, vol 28, p.21-45.

BENITO DEL POZO, Paz. Reseña ao Bibliografica ao livro de CAPEL, Horacio (2014), El patrimonio: la construccion del pasado y del futuro. Barcelona: Ediciones del Serbal. *Poligonos. Revista de Geografia*, 2015, 27, p. 305-308.

BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX. O Círculo Eborense*. Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

BERNARDO, Maria Ana e MATOS, Ana Cardoso de. O processo de candidatura da cidade de Évora a Património Mundial: informação e envolvimento da comunidade. *Proceedings of the 3rd International Conference on Best Practices in World Heritage: Integral Actions*. Menorca, May 2018, 2-5
<<http://www.congresopatrimoniomundialmenorca.cime.es/Contingut.aspx?IdPub=661>>

BRANCO, Rui *et al.* Démocratisation et société civile. Leçons de l'expérience portugaise, *Pôle Sud* 2012/2 (n° 37), p. 9-23.

CABRAL, Manuel Villaverde, SILVA, Filipe Carreira da, SARAIVA, Tiago (org.). *Cidade e cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Lisboa: ICS, 2008.

CABRAL, Manuel Villaverde. O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2003, vol. 18, n° 51, p.31 -60.

CANINAS, João Carlos. Associativismo e Defesa do Património. In Jorge Custódio (coord.) *100 de anos de património: memória e identidade Portugal 1910 – 2010*. Lisboa: IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico, 2010, p. 281-293.
<http://www.altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Associativismo_e_Defesa_do_Patrimonio_JCaninas2010.pdf>

CAPEL, Horacio. *El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

CAPEL, Horacio. Rehabilitación y uso del patrimonio histórico industrial. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Universidad Autónoma de Barcelona, 1996, n° 29, p. 19-50.
<<http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/22641/1/123847.pdf>>

CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1996.

Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional, 2005
<<https://www.parlamento.pt/Legisl.acao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>

CUSTÓDIO, Jorge. “Renascença” Artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1ª República, Évora: Universidade de Évora, 2008 (tese de doutoramento).

ESTRATÉGIA PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU PARA O SÉCULO XXI. Conselho da Europa – Recomendação do Comité de Ministros dos estados membros sobre a estratégia para o património cultural europeu para o século XXI (adotado pelo Comité de Ministros a 22 de fevereiro de 2017). <<http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>>

FERNANDES, Tiago. *A sociedade civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

FERREIRA, Pedro Moura. Associações e democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*. Lisboa: Mundos Sociais, 2008, n.º 57, p. 109-130.

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017. DECLARAÇÃO FINAL <<http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/70-forum-do-patrimonio-2017-declaracao-final>>

FUNG, Archon. Associations and democracy: between theories, hopes and realities, *Annual Review of Sociology*, nº29, p. 515-539.

GANAU, Joan. El pasado como utopía: reinvenção histórica, património y turismo urbano. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/JoaGanau.pdf>>

HUDSON, Kenneth. Preserving Industrial Monuments: what is possible and what is not. *I Encontro nacional sobre o património industrial- Atas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990, vol. II, p. 37-51.

LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO CULTURAL. *Diário da República* n.º 209, Série I-A de de 8 de setembro de 2001. <<http://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>>.

LOBO, Francisco Sousa e MACEDO, Sofia Costa. Património Cultural e Associativismo. *Pedra & Cal*. Julho | Agosto | Setembro, 2011, nº50, p. 31-32.

MADDALLUNO, Raffaella; CARDOSO-de-MATOS, Ana. The industrial district of Alcântara: from a culture of work to a culture of leisure time. Comunicação apresentada na Conferência *Cultural and Creatives Industries. Economic Development and Urban Regeneration*, Roma, 4-5 Dezembro, 2015.

MAGRINHO, Sofia d'Almeida da Costa Macedo. *A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.IUL, 2017.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Património Herança e Memória. A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva, 2009.

MATOS, Ana Cardoso de; BERNARDO, Maria Ana; SANTOS Maria Luísa A Sociedade Propaganda de Portugal e o Congresso de Turismo de 1911. In Fernanda Rollo (coord), I

Congresso Internacional *República e Republicanismo. Atas*, Lisboa: Ed. AR- Coleção Parlamento, 2012, p. 399-409.

MATOS, Cardoso de; RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Maria Luísa. Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas. *Actas do Colóquio de Museologia Industrial -Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*. SAMPAIO, Maria da Luz (ed.), Porto: Museu da Indústria, 2003, p.21-32.

MATOS, Luís Filipe Salgado de. Las Asociaciones Voluntarias en el Estado Novo de Portugal (1926-1974). *Revista de Historia Contemporánea Alcores -DOSSIER Asociacionismo en las dictaduras de la Europa del Sur (Italia, Portugal y España)*, 2008, nº 6, p. 47-81.

MATOS, Ana Cardoso de; SANTOS, Maria Luísa. Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 2004, vol. VIII, nº. 167. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-167.htm>>

MELO, Daniel. Associativismo, democracia e sustentabilidade: discursos, contextos e interações a partir do estudo do caso português em perspectiva. *Análise Associativa*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, 2006, nº 3, p.116-159.

MELO, Daniel. Bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português/ em Portugal, *Boletim OBS*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2007, nº15 <<http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013/gepac-oac/oac-documentos-electronicos.aspx>>

PEREIRA, Miriam Halpern. O associativismo popular n primeiro quartel do século XX *Análise Associativa*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, 2016, nº 3, p. 16-25.

RAPOSO, Jorge. Património e Associativismo. *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, outubro de 1997, 2ª série, nº 6.

RAPOSO, Luís. O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus”, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Porto, 2014, Vol. XIII, p. 261-274 <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13001.pdf>>

REIS, Maria Manuela. *Cidadania e património. Os novos direitos de cidadania, o espaço público e os processos de patrimonialização na sociedade portuguesa*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.IUL, 2016.

SOUSA, Paulo Silveira. As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a segunda metade do século XIX. *Arquipélago. História*, 2004, 2ª série, VIII, p.113-170.

TATJER, Mercedes. Diez años de estudios sobre el patrimonio industrial de Barcelona. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de

Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (140). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-140.htm>>

VIEGAS, José Manuel Leite. Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, problemas e práticas*, 2004, n.º 46, p. 33-50.

VIEGAS, José Manuel. Associações sociedade civil e democracia. *Análise Associativa*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, 2014, n.º1, p. 16-25.

ZOZAYA, Maria. ¿Ocio amurallado? El paso de la sociabilidad local al mundo asociativo internacional. Dos casos comparados: Évora-Madrid, 1789-1929. *Bidebarrieta*, Bilbao: Universidad del País Vasco, 2014, n.º25, p.7-33. <<http://www.ehu.eus/ojs/index.php/Bidebarrieta/article/view/18779/16758>>